PROJETO DE LEI Nº , DE 2014
(Do Sr. NILSON LEITÃO)

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de forma a estender o prazo de carência do Fundo de Financiamento ao estudante do ensino Superior-FIES, para trinta e seis meses.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

IV – carência: de trinta e seis meses contados a partir do mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, mantido o pagamento dos juros nos termos do § 1º deste artigo;

.....”(NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como todo programa governamental derivado de uma política pública, no caso, referente ao acesso e permanência na educação superior, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES já passou por aprimoramentos. Somos os primeiros a reconhecer os avanços.

Para tanto, muito contribuíram os próprios estudantes e alguns de seus movimentos, como o chamado “FIES justo”.

A partir de 2011, passaram a valer as regras do denominado ‘Novo Fies’. Os juros do financiamento tornaram-se mais atrativos: caíram de 9% para 3,4% ao ano. No que toca à adesão, as inscrições passaram a ser aceitas ao longo do ano, e não só no início dos semestres. Criou-se um fundo garantidor, possibilitando a dispensa de fiador. A recém editada Portaria Normativa nº 3, de 13 de Janeiro de 2014, determina que, a partir de 1º de Fevereiro de 2014, todas as mantenedoras das Instituições de Ensino Superior (IES) terão obrigatoriamente de fazer a adesão ao Fundo Garantidor (FGEDUC). Em caso contrário, serão suspensas do FIES.

O prazo de pagamento inicial era de 6 meses. Passou a ser de 18 meses depois do aluno formado. O saldo é parcelado em até 3 vezes o tempo do curso, acrescido de um ano.

Em que pese este significativo avanço, o prazo de carência ainda merece algum ajuste.

O recém-formado necessita de prazo para sua acomodação profissional. É comum que o ingresso no mercado de trabalho coincida com várias outras mudanças na vida do jovem profissional. Todo este movimento, pessoal e profissional, envolve gastos. Consideramos que, após três anos de formado o profissional terá mais condições de arcar com o pagamento de seu débito.

Contamos com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento deste importante programa.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado NILSON LEITÃO